



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001875-46.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**  
 Requerente: **Coopertaxi - Cooperativa dos Cond. Aut.de Veic. Auto. de S. Carlos Sp Ltda**  
 Requerido: **Nextel Telecomunicacoes Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

**Vistos.**

**Coopertaxi – Cooperativa dos Condutores Autônomos de Veículos Automotores de São Carlos Ltda** ajuizou ação de rescisão contratual contra **Nextel Telecomunicações Ltda** alegando, em síntese, que celebrou contrato de telefonia com a requerida, serviço móvel especializado, com comodato inicial de quinze linhas (rádios), mas ao final existiam oitenta linhas, sendo somente usadas cerca de vinte e cinco. Argumentou que os rádios sempre apresentavam problemas, e a requerida os substituíra. Em 20 de setembro de 2016, solicitou o cancelamento dos serviços, rescindindo-se o contrato, mas não obteve êxito na via administrativa. A requerida insiste na cobrança de débitos inexistentes. Discorreu sobre os problemas operacionais e suas repercussões com clientes. Postulou inversão do ônus da prova e a declaração de cláusulas abusivas. Pediu ao final a rescisão contratual, desde 20 de setembro de 2016, e ainda a inexigibilidade dos débitos referentes ao serviço móvel especializado, sob pena de multa. Juntou documentos.

A requerida foi citada e contestou sustentando, em suma, que é legal a fixação de prazo de fidelização e previsão de multa por rescisão contratual antecipada. Diz que é correta a cobrança pela prestação de serviços regulares à autora. Defende a observação do princípio da informação ao consumidor. Afirma que breve intermitência não induz responsabilidade civil da ré. Argumenta que não é automática a inversão do ônus da prova. Pede ao final a improcedência da ação.

A autora apresentou réplica.

**É o breve relatório.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### **Fundamento e decido.**

O pedido comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, pois não há necessidade de outras provas, haja vista o teor das alegações das partes e documentos apresentados, que bastam para a pronta solução do litígio.

O pedido deve ser julgado procedente.

É evidente a relação de consumo entre as partes, figurando a autora como destinatária final dos serviços de telefonia prestados pela requerida. E aplica-se, à hipótese, a inversão do ônus da prova, uma vez fundamentado o pedido no vício do serviço prestado pela requerida, sendo dela a possibilidade técnica de comprovar que prestou este de forma satisfatória, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Comentando este dispositivo legal, **Cláudia Lima Marques** aduz que *reza o art. 6º, VIII, do CDC que é direito básico do consumidor “a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências”.* Note-se que a partícula “ou” bem esclarece que, a favor do consumidor, pode o juiz inverter o ônus da prova inclusive quando esta prova é difícil mesmo para o fornecedor, parte mais forte e expert na relação, pois o espírito do CDC é justamente de facilitar a defesa dos direitos dos consumidores e não o contrário, impondo provar o que é em verdade o “risco profissional” ao – vulnerável e leigo – consumidor. (in **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, pp. 257-258).

No caso em apreço, a autora aponta consideráveis problemas no sinal e na eficácia dos equipamentos cedidos pela requerida. A parte demandada, por sua vez, apresentou contestação genérica, sem impugnação específica dos fatos articulados na inicial, e sem a juntada de documentos que confirmassem minimamente o quanto alegado em sua defesa.

Com efeito, a autora informou que houve, a pedido dela própria, substituição de aparelhos (rádios), o que gerou, ao final, até mesmo certa confusão quanto ao número de bens recebidos em comodato. A requerida, por sua vez, não juntou



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

documento algum que positivasse o atendimento de pedido administrativa da autora. Ora, nesse contexto, deve-se reputar como verdadeiros os fatos articulados na inicial.

De outro lado, a requerida, na contestação, defende que pequenas interrupções no sinal não justificam insurgência do consumidor. E para tanto, afirma textualmente: *Imperioso ressaltar que a partir da **detecção da pequena falha ocasionada por um fortuito externo**, que se assemelha ao que a doutrina chama de "caso fortuito ou de força maior", o setor técnico da empresa Ré imediatamente realizou os reparos necessários nos equipamentos, regularizando o funcionamento da rede de transmissão, antes mesmo do ajuizamento da presente demanda (sic - fl. 46).*

Entretanto, não há documento algum que positive ação de funcionários do setor técnico da requerida, que teriam realizado reparos nos equipamentos, antes do ajuizamento da demanda. Trata-se de alegação vaga e que poderia ser comprovada de modo simples, mediante juntada de alguma providência administrativa que eventualmente tenha sido levada a efeito. Por isso, mais uma vez se presumem verdadeiros os fatos articulados na inicial.

O artigo 20, *caput*, do Código de Defesa do Consumidor, dispõe que *o fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, considerando-se impróprios, nos termos do § 2º do mesmo dispositivo, os serviços que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não atendam as normas regulamentares de prestabilidade.*

No que se refere à fixação de prazo de fidelização e previsão de multa por rescisão contratual antecipada, a requerida mais uma vez não particulariza os fatos, pois apresenta alegações genéricas. Ainda que não se reconhecesse sua culpa na rescisão do contrato, diga-se apenas para argumentar, ela não aponta o valor supostamente devido pela autora, nem o justifica com os documentos correspondentes. Não há como aferir a regularidade da postura contratual da requerida.

Todos esses documentos que serviriam para infirmar as alegações iniciais deveriam ser juntados com a contestação, porque são de fácil acesso à empresa prestadora



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

dos serviço. Se não o fez, a revelar desacerto administrativo e falta de comunicação com o setor jurídico, acabará por sofrer consequências de ordem processual, com o acolhimento da pretensão inicial.

Ante o exposto, **julgo procedente o pedido, para declarar rescindido o contrato de prestação de serviços de telefonia móvel, desde 20 de setembro de 2016, por culpa da requerida e, em consequência, assentar a inexigibilidade dos débitos, vedando-se cobrança a respeito, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), em caso de descumprimento, limitada a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Assim, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.**

Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais respectivas e honorários advocatícios, que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da ação, quantia que está em consonância com as diretrizes do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 02 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**